



# Câmara Municipal de Guará

Estado de São Paulo

## PROJETO DE RESOLUÇÃO N 05/2016

### JUSTIFICATIVA

Por meio da presente apresentamos a esta Casa de Leis para discussão e votação, este Projeto de Resolução que visa modificar alguns dispositivos do Regimento Interno da Câmara Municipal de Guará.

Em sendo aprovadas as modificações constantes do anexo projeto, estarão sendo estabelecidos critérios que melhor normatizam a matéria envolvendo o julgamento de contas do Poder Executivo.

Estará sendo criado mecanismo para destituir membros de Comissão Permanente que descumpra prazos regimentais, devendo cada Edil observar o Princípio Constitucional da Legalidade. Se faz necessário que todos os prazos previstos neste Regimento Interno sejam observados, e não apenas os referentes ao Julgamento das Contas.

A não interrupção dos trabalhos da Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade, no procedimento de julgamento das contas do Poder Executivo, no período de recesso, se faz necessária diante da relevância da matéria.

Acaso aprovadas as modificações, a Presidência da Câmara Municipal e a Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade, sempre que estiver a frente de presidir os procedimentos de julgamento de contas do Poder Executivo, estarão melhor respaldas e tero dispositivos legais para nortear os seus trabalhos e assegurar a observância do Princípio Constitucional do Devido Processo Legal.

Há, também, para coibir o desrespeito ao Princípio da Legalidade, a inserção de mais uma hipótese para a caracterização de infração político-administrativa.

Segue para apreciação em Plenário, o projeto anexo.

Câmara Municipal de Guará, 06 de junho de 2016.

APARECIDO JOSÉ DA SILVA  
Vereador

FABIANO DE FREITAS FIGUEIREDO  
Vereador



# Câmara Municipal de Guará

Estado de São Paulo

## **PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 05/2016**

Altera a alínea “b”, do inciso V, do artigo 26, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Guará; dá nova redação ao artigo 100 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Guará; altera o parágrafo 5º, do artigo 110, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Guará; altera o Título IX, Capítulo Único, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Guará; insere novo inciso ao artigo 331 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Guará; altera o parágrafo 1º, do artigo 364, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Guará.

**Artigo 1º** - A letra “b”, do inciso V, do artigo 26, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Guará, passa a vigorar com a seguinte redação:

b) destituir membro da Comissão Permanente em razão de faltas injustificadas, assim como em razão de descumprimento de qualquer prazo estabelecido do Regimento Interno da Câmara Municipal de Guará;

**Artigo 2º** - O artigo 100 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Guará passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 100 – O recesso da Câmara interrompe todos os prazos consignados na presente secção, salvo as exceções previstas neste Regimento Interno.

**Artigo 3º**- O § 5º, do Artigo 110, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Guará passa a vigorar com a seguinte redação:

§ 5º - O Presidente de Comissão Permanente poderá ser destituído quando deixar de cumprir decisão plenária relativa a recurso contra ato seu, assim como pelo descumprimento de qualquer prazo regimental, mediante processo sumário, iniciado por representação subscrita por qualquer Vereador, sendo-lhe facultado o direito de defesa no prazo de dez dias, cabendo a decisão ao Presidente da Câmara que deverá ser proferida em dez dias contados da data em que a defesa for apresentada.

**Artigo 4º** - O Título IX, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Guará, passa a ter a seguinte a redação:

## **TÍTULO IX**

### **DO JULGAMENTO DAS CONTAS DO PREFEITO**

#### **CAPÍTULO ÚNICO - DO PROCEDIMENTO DO JULGAMENTO**



# Câmara Municipal de Guará

Estado de São Paulo

Art. 290 – Quando do julgamento das contas que o Prefeito Municipal deve prestar, anualmente, examinadas através do parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – TCE/SP, deverão ser assegurados os direitos do contraditório e ampla defesa.

Art. 290-A - No julgamento das contas será observado o seguinte:

I – em até 05 (cinco) dias, contados do recebimento dos autos na Secretaria da Câmara Municipal remetidos pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – TCE/SP, com o respectivo parecer, a Presidência da Câmara Municipal de Guará deverá providenciar a publicação do parecer no Diário Oficial do Município, bem como expedir notificação à autoridade responsável pelas contas, dando ciência do recebimento do processo com parecer mencionados anteriormente, assegurando ao mesmo o direito de apresentar defesa, caso queira;

II – a eventual defesa da autoridade responsável pelas contas, que poderá ser apresentada pelo próprio interessado ou por advogado por ele constituído, deverá ser protocolada na sede da Câmara Municipal no prazo improrrogável de 20 (vinte) dias, contados da ciência a que se refere o inciso anterior;

III – decorrido o prazo mencionado no inciso II supra, com ou sem a apresentação de defesa, a presidência da Câmara Municipal de Guará deverá, no prazo improrrogável de 05 (cinco) dias, encaminhará as contas com o parecer e a defesa escrita, se apresentada, à Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade, a quem competirá presidir o procedimento de instrução.

IV – em caso de não ser apresentada defesa pelo responsável pelas contas no prazo assinalado, a Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade deverá, no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias para emitir parecer, concluindo-o com projeto de Decreto Legislativo que aprove ou rejeite o parecer do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – TCE/SP;

V – em caso de ser apresentada defesa e requerida a realização de provas, fica padronizado o seguinte procedimento, que deverá ser observado pela Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade da Câmara Municipal de Guará - SP:

a) em caso de ser requerida perícia técnica pelo responsável pelas contas, todo o custo envolvido com a mesma, inclusive honorários, deverá ser suportado exclusivamente pelo interessado, devendo ser apresentado juntamente com a defesa escrita, não sendo admitida a prorrogação do prazo;

b) em sendo requerida a oitiva de testemunhas, o interessado deverá apresentar o rol em sua defesa ou após 02 (dois) dias úteis contados do seu protocolo, ficando o comparecimento das mesmas a cargo exclusivo do interessado, sob pena de preclusão;



# Câmara Municipal de Guará

Estado de São Paulo

c) ainda a respeito do depoimento de testemunhas, a Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade não se deslocará para a colheita de tal prova em local diverso da sede da Câmara Municipal de Guará;

d) os depoimentos de testemunhas, se assim for requerido pelo responsável pelas contas e sobre a sua inteira responsabilidade, poderá ser colhido por meio de áudio e vídeo em tempo real, através de sistema previamente solicitado pelo responsável pelas contas. Em caso de haver inconsistência na internet, queda de energia ou qualquer outro evento que impeça a oitiva da testemunha arrolada, fica automaticamente prorrogado para o primeiro dia útil seguinte, em horário a ser estabelecido pela Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade para a realização do ato; persistindo no dia seguinte, restará preclusa a oitiva da testemunha

e) a data da sessão para a oitiva das testemunhas arroladas, perante a Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade, deverá ser designada para ocorrer em até 15 (quinze) dias corridos, contados da apresentação da defesa escrita;

f) deverá o interessado e/ou seu patrono indicar endereço de e-mail válido para a sua ciência quanto aos atos do procedimento de julgamento das contas, bem como acompanhar o Diário Oficial do Município, onde serão veiculadas todas as notificações.

VI - o julgamento das contas prestadas anualmente pelo Prefeito Municipal deverá ser realizado no prazo que dispuser a Lei Orgânica do Município;

VII - o responsável pelas contas será notificado, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias corridos, a respeito da data em que será incluída em pauta, para discussão e deliberação, o parecer acompanhado do projeto Decreto Legislativo que aprove ou rejeite o parecer do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – TCE/SP, podendo requerer a realização de sustentação oral até as 11:00 (onze horas) do dia do julgamento;

VIII – em caso de ser requerida a sustentação oral, prevista no inciso anterior, a mesma poderá ser feita pelo responsável pelas contas ou por seu advogado devidamente constituído, devendo a mesma ocorrer pelo prazo ininterrupto de 15 minutos, logo após a leitura do parecer da Comissão de Orçamento Finanças e Contabilidade.

Art. 291 - A rejeição do parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas do Estado dependerá do voto de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara, mediante votação nominal, em votação aberta.

Art. 291-A - as contas do Município deverão ficar, anualmente, durante 60 (sessenta) dias, à disposição de qualquer cidadão, em local de fácil acesso, podendo ser examinada e obtidas cópias às expensas do interessado;

Art. 291-B – tanto no período previsto no inciso anterior quanto posteriormente, a Câmara Municipal manterá ao menos um servidor apto a esclarecer os contribuintes;



# Câmara Municipal de Guará

Estado de São Paulo

Art. 291-C - aprovadas ou rejeitadas as contas, será em até 02 (dois) dias contados da vigência do Decreto Legislativo, encaminhada cópia para ciência do julgamento ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, ao Ministério Público do Estado de São Paulo e ao Juiz Eleitoral, para os devidos fins;

Art. 291-D - aprovadas ou rejeitadas as contas do Prefeito, será publicado o parecer do Tribunal de Contas com as respectivas decisões da Câmara Municipal no Diário Oficial do Município, bem como será remetido ao Tribunal de Contas do Estado.

Art. 291-E – Os trabalhos a que se refere este Capítulo, não serão interrompidos ou suspensos nos períodos de recesso legislativo.

**Artigo 5** - Fica inserido no artigo 331, o seguinte inciso:

V – Deixar de cumprir qualquer prazo previsto neste Regimento Interno.

**Artigo 6** - O parágrafo 1, do artigo 364, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Guará passa a vigorar com a seguinte redação:

 1 - Excetuam-se ao disposto neste artigo os prazos relativos às matérias objeto de convocação extraordinária da Câmara, os prazos estabelecidos às Comissões Processantes e os prazos de que trata o TÍTULO IX - DO JULGAMENTO DAS CONTAS DO PREFEITO, CAPÍTULO ÚNICO - DO PROCEDIMENTO DO JULGAMENTO.

**Artigo 7** - A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Resolução n 01/2016.

Câmara Municipal de Guará, 06 de junho de 2016.

APARECIDO JOSÉ DA SILVA

Vereador

FABIANO DE FREITAS FIGUEIREDO

Vereador